

NÍVEL SUPERIOR

Assistente Social, Enfermeiro, Farmacêutico, Médico (Clínica Médica, Psiquiatria, Ginecologia, Pediatria, Trabalho), Nutricionista, Pedagogo, Psicólogo e Odontólogo

Data: 21/10/2007

Duração: 3 horas

Turno: Manhã

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 40 (quarenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Português	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 40

b) Um **CARTÃO DE RESPOSTAS** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO DE RESPOSTAS**, com caneta esferográfica de tinta na cor **AZUL** ou **PRETA**.

04 - No **CARTÃO DE RESPOSTAS**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com **caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

06 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

Obs.: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova e somente poderá levar o Caderno de Questões faltanto **UMA HORA PARA O TÉRMINO DAS PROVAS**.

07 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Prova **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

PORTUGUÊS

LEIA O TEXTO ABAIXO E RESPONDA ÀS QUESTÕES DE Nº 01 A 10.

A PSICOLOGIA MAL-ENTENDIDA

Os psicólogos têm tido bastante trabalho para corrigir uma das maiores distorções que o uso popular fez das teorias psicológicas: a de que não se deve frustrar a criança para que ela não fique traumatizada. Não existe teoria cientificamente validada que recomende a falta de limites como método de criar filhos sem problemas.

- 5 São nebulosas as origens desse erro de interpretação: remontam à década de 60, com as experiências de Summerhill, a onda da liberação sexual e do movimento *hippie*.

No Brasil, a revolta contra o autoritarismo – não só da família patriarcal como também do regime ditatorial – o horror à repressão e à censura (“é proibido proibir”), entre outros fatores, acrescentaram outras pinceladas a esse quadro que, segundo o ditado, fez com que muitas famílias acabassem por “jogar fora o bebê junto com a água do banho”.

10 Temendo serem vistos como castradores, repressivos e autoritários, muitos pais deixaram de exercer a autoridade parental e tornaram-se permissivos, inaugurando a “era da infantocracia” que tem tido resultados desastrosos, porque não consegue transmitir os valores básicos do convívio: respeito, consideração, generosidade, solidariedade, responsabilidade.

15 É grande também a confusão de conceitos: estimular a liberdade e a espontaneidade para expressar o que se sente não significa tolerar grosseria nem falta de educação; encorajar a expressão da raiva não significa aceitar todas as suas manifestações (como, por exemplo, xingar), combater a violência doméstica (dar surras) não significa deixar de disciplinar utilizando as conseqüências cabíveis quando crianças e jovens se conduzem de modo inadequado ou abusivo.

20 As principais conseqüências de ser criado com falta de limites são: falta de controle da impulsividade, dificuldade de controlar a raiva, pouca tolerância à frustração, incapacidade de esperar para conseguir o que quer, tirania, egocentrismo, dificuldade de perceber que os outros também têm direitos e desejos.

25 Isso resulta em vários distúrbios de conduta e, sobretudo, na sensação de vazio e de insatisfação (quanto mais tem, mais quer). O uso de drogas e outras formas de consumo compulsivo são tentativas de preencher, inutilmente, esse vazio.

30 Educar com amor e sensibilidade significa respeitar os direitos da criança: de receber amor, carinho e bons cuidados para crescer construindo a noção de cidadania (com direitos e deveres); de receber orientação firme e clara sobre o que é permitido e proibido; de desenvolver habilidades e competências; de canalizar sua habilidade para fins construtivos, tais como assertividade e persistência para enfrentar os desafios e os obstáculos da vida (medida essencial para a prevenção da violência)

Limites colocados com firmeza e serenidade são expressões de amor e de cuidado que estimulam crianças e jovens a se desenvolverem plenamente como pessoas capazes de dar contribuições positivas para a sociedade. É o que diz a psicologia.

(Maria Thereza Maldonado – O Globo, 24 de abril de 2003, com adaptações)

01. De acordo com o contexto, o dito popular “jogar fora o bebê junto com a água do banho” (L.9/10) está exemplificado em:

- A) “...remontam à década de 60, com as experiências de Summerhill, a onda da liberação sexual e do movimento *hippie*.” (L.5/6)
- B) “No Brasil, a revolta contra o autoritarismo – não só da família patriarcal como também do regime ditatorial...” (L.7/8)
- C) “Temendo serem vistos como castradores, repressivos e autoritários, muitos pais deixaram de exercer a autoridade parental e tornaram-se permissivos...” (L.11/12)
- D) “...canalizar sua habilidade para fins construtivos, tais como assertividade e persistência para enfrentar os desafios e os obstáculos da vida” (L.28/29/30)
- E) “Limites colocados com firmeza e serenidade são expressões de amor e de cuidado que estimulam crianças e jovens a se desenvolverem plenamente...” (L.31/32)

02. O “erro de interpretação” (L.5) refere-se:

- A) ao uso popular das experiências feitas nos anos 60
- B) às origens das distorções
- C) aos estudos científicos das teorias educacionais
- D) aos resultados desastrosos das teorias educacionais
- E) às distorções das teorias psicológicas feitas pelo povo

03. “A psicologia mal-entendida” – o par de adjetivos que apresenta grafia correta é:

- A) malconduzida / mal-fadada
- B) mal-conceituada / mal-explicada
- C) mal-empregada / mal-parada
- D) malsucedida / mal-aplicada
- E) malfazeja / mal-cuidada

04. “...para corrigir uma das maiores distorções que o uso popular fez das teorias psicológicas...” (L.1/2) – este segmento pode ser corretamente reescrito, sem prejuízo de significado, do seguinte modo:

- A) ...para corrigir uma das maiores distorções em que se fez do uso popular das teorias psicológicas...
- B) ...para corrigir uma das maiores distorções que foram feitas pelo uso popular das teorias psicológicas...
- C) ...para corrigir uma das maiores distorções de que foi feita pelo uso popular das teorias psicológicas...
- D) ...para corrigir uma das maiores distorções para que tem sido feitas pelo uso popular das teorias psicológicas...
- E) ...para corrigir uma das maiores distorções em que está sendo feita pelo uso popular das teorias psicológicas...

05. O segmento “No Brasil, a revolta contra o autoritarismo – não só da família patriarcal como também do regime ditatorial...” (L.7/8) pode ser reescrito, com a regência verbal correta, do seguinte modo:

- A) No Brasil, a revolta contra o autoritarismo do qual se caracterizou não só a família patriarcal como também o regime ditatorial...
- B) No Brasil, a revolta contra o autoritarismo no qual se rebelou não só a família patriarcal como também do regime ditatorial...
- C) No Brasil, a revolta contra o autoritarismo sobre o qual se desenvolveu não só a família patriarcal como também do regime ditatorial...
- D) No Brasil, a revolta contra o autoritarismo do qual se nutriu não só a família patriarcal como também o regime ditatorial...
- E) No Brasil, a revolta contra o autoritarismo pelo qual ensejou não só a família patriarcal como também o regime ditatorial...

06. Leia a frase abaixo.

As expressões de amor estimulam crianças e jovens a se desenvolverem.

Substituindo-se corretamente a expressão sublinhada por um pronome, resulta:

- A) As expressões de amor estimulam-nos a se desenvolverem.
- B) As expressões de amor estimulam-os a se desenvolverem.
- C) As expressões de amor estimulam-lhes a se desenvolverem.
- D) As expressões de amor estimulam eles a desenvolverem-se.
- E) As expressões de amor estimulam a eles a se desenvolverem.

07. Em “...não só da família patriarcal como também do regime ditatorial...”(L.7/8), a estrutura “não só...como também” equivale à conjunção:

- A) mas
- B) e
- C) ou
- D) pois
- E) logo

08. “Os psicólogos têm tido bastante trabalho...” (L.1) – a palavra em destaque deve ser flexionada no plural na frase:

- A) Crianças são _____ curiosas em relação aos fatos da vida.
- B) Certas crianças são _____ desenvolvidas para discernirem o certo do errado.
- C) Os pais conseguem _____ resultados ao colocarem limites para seus filhos.
- D) As origens das distorções não são _____ conhecidas.
- E) Todos conhecemos _____ os limites que devem ser impostos.

09. O acento indicativo de crase **não** deve ser usado, ao se substituir o verbo sublinhado no segmento “...remonta à década de 60...” (L.5) pelo verbo:

- A) referir-se
- B) remeter
- C) aludir
- D) apontar
- E) aplicar-se

10. De acordo com o contexto, são consideradas antônimas as palavras:

- A) autoritarismo X permissividade
- B) frustração X trauma
- C) patriarcalismo X ditadura
- D) repressão X censura
- E) liberdade X espontaneidade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONSIDERE O DECRETO 2.479/1979 – ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CÍVIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – E RESPONDA ÀS QUESTÕES DE Nº 11 A 13.

11. O artigo 79 relaciona algumas situações de afastamento durante as quais o funcionário será considerado em efetivo exercício. Uma dessas situações é:

- A) suspensão preventiva, ainda que condenado afinal
- B) prisão por condenação
- C) convocação para atuar em júri
- D) necessidade de mudança de residência, por um período de três dias
- E) faltas por doença comprovada, até o máximo de sete durante o mês

12. O capítulo V trata das penalidades a que estão sujeitos os funcionários, em função de infrações cometidas. Sobre a pena de repreensão, o Estatuto dispõe que:

- A) será aplicada por escrito, em caso, por exemplo, de desobediência
- B) poderá determinar a suspensão do funcionário por até trinta dias
- C) será aplicada verbalmente, em caso de reincidência específica em falta grave
- D) será aplicada pela chefia imediata, em caso de desrespeito a proibições estabelecidas no Estatuto
- E) acarretará a perda de vantagens e direitos, dependendo da gravidade da infração

13. De acordo com o artigo 57, um funcionário estável poderá ser readaptado *ex officio* ou a pedido em função mais compatível, por motivo de:

- A) saúde ou comprovada inaptidão para o cargo
- B) comprovada inaptidão para o cargo ou vacância de cargo de maior provento
- C) formação escolar acima da exigida para o cargo que ocupa e transferência de local de trabalho
- D) saúde ou incapacidade física
- E) incapacidade física ou vacância de cargo de maior provento

14. O *habeas corpus* é uma figura de direito que tem por pressuposto garantir a liberdade de ir e vir da pessoa contra atos ilegais ou arbitrários do coator. O *habeas corpus* surgiu:

- A) na Alemanha
- B) nos Estados Unidos da América
- C) na França
- D) no Brasil
- E) na Inglaterra

15. O *habeas corpus* tem como fonte constitucional o artigo 5º, LXVIII da Constituição Federal. Quando o ato que causa constrangimento à pessoa já ocorreu, o instrumento a ser utilizado é o *habeas corpus* :

- A) preventivo
- B) necessário
- C) protetor
- D) repressivo
- E) compulsório

16. O *habeas data* constitui instrumento jurídico constitucional, que visa a garantir o acesso da pessoa a informações sobre si mesma. Esse instrumento surgiu no direito brasileiro na constituição de :

- A) 1891
- B) 1988
- C) 1937
- D) 1934
- E) 1946

17. O *habeas data*, dentre outros aspectos, visa a proteger a pessoa contra o registro de dados sensíveis. Um exemplo de dado sensível é:

- A) data de nascimento
- B) nome do cônjuge
- C) orientação sexual
- D) nível de escolaridade
- E) ocupação profissional

18. Os atos e provimentos administrativos deverão ser expressão da vontade do Estado, e não da veledade, do capricho ou da arbitrariedade do funcionário. Esta afirmativa traduz o princípio constitucional da administração pública denominado:

- A) impessoalidade
- B) moralidade
- C) legalidade
- D) publicidade
- E) previsibilidade

19. O mandado de injunção constitui instrumento jurídico que viabiliza o exercício de direitos e liberdades constitucionais. Um dos seus pressupostos básicos é:

- A) o direito de acesso à informação
- B) o direito de recorrer contra ato jurídico
- C) a ausência de norma regulamentadora
- D) o direito a conquistas sociais
- E) a existência de regras claras e precisas

20. No artigo 37 da Constituição Federal de 1988, estão definidos princípios que devem reger a administração pública. Um desses princípios é a:

- A) autonomia
- B) eficiência
- C) livre iniciativa
- D) lealdade
- E) dedicação

21. A ação popular é uma garantia de nível constitucional, que tem por objetivo proteger, dentre outros aspectos:

- A) o patrimônio cultural
- B) o acesso à educação
- C) o direito ao trabalho
- D) o direito à propriedade
- E) o direito ao recurso

22. A ação civil pública é o instrumento jurídico adequado à proteção dos interesses coletivos e difusos. É correto afirmar que a natureza dos direitos difusos é:

- A) a titularidade certa
- B) a divisibilidade
- C) a transindividualidade
- D) a autonomia
- E) o seu caráter pessoal

23. A responsabilidade civil é a imputação , ao servidor público, da obrigação de reparar o dano que tenha causado à administração ou a terceiro. No caso de ressarcimento ao erário, em virtude de dano, o procedimento:

- A) será necessariamente *ex officio*
- B) implicará a penhora imediata do salário do servidor
- C) será feito através de desconto em folha, independentemente da concordância do servidor
- D) acarretará a suspensão do salário do servidor até que o débito seja quitado
- E) poderá admitir o pagamento parcelado do débito

24. Buscando garantir o amplo acesso ao *habeas corpus*, o legislador definiu que esse instrumento jurídico será:

- A) gratuito, em qualquer hipótese
- B) recebido todos os dias, das seis às vinte e quatro horas
- C) cobrado, no valor de um por cento do salário mínimo nacional
- D) recebido todos os dias, exceto aos domingos
- E) cobrado, no valor de dois por cento do salário mínimo nacional

25. A publicidade, que é um princípio constitucional da administração pública, pode ser reclamada através do seguinte instrumento:

- A) mandado de injunção
- B) instrução
- C) embargo
- D) delegação
- E) certidão

26. Maria de Fátima Firmo destaca que a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a conseqüente revogação do Código de Menores, vigente desde 1979, representou o ponto de partida para uma profunda modificação no campo das políticas públicas para a infância e a juventude. Um aspecto que ilustra corretamente as diferenças entre o ECA e o Código de Menores é:

A) O ECA estabelece que a máquina estatal deve atuar também antes que crianças e adolescentes estejam em situação irregular, e não apenas quando a irregularidade se configure.

B) O antigo Código de Menores defendia a proteção integral da criança e do adolescente, não concentrando suas ações apenas no atendimento aos casos de irregularidades.

C) O ECA concentra sua atenção no papel do Estado em relação a crianças e adolescentes em situação irregular, priorizando a normatização das medidas aplicadas pelo Poder Judiciário.

D) O antigo Código de Menores reconhecia a criança e o adolescente como sujeitos de todos os direitos fundamentais da pessoa humana, que deveriam ser preservados nos âmbitos estatal, familiar e social.

E) O ECA propõe uma maior racionalização de investimentos, determinando que o Estado deve concentrar suas ações no atendimento e na proteção de crianças e adolescentes entre sete e dezoito anos.

27. Dentre as diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, listadas no artigo 88 do ECA, estão a criação e manutenção de programas específicos, e a manutenção de fundos municipais, estaduais e nacional vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente. Essas duas diretrizes caracterizam, respectivamente, os seguintes princípios defendidos pelo ECA para a política de atendimento:

A) desconcentração e privatização

B) impugnação e participação

C) focalização e sustentação

D) centralização e mobilização

E) legalidade e punibilidade

28. O ECA estabelece uma clara distinção entre as medidas específicas de proteção e as medidas socioeducativas, definindo suas características e condições de aplicação. Em relação às medidas socioeducativas, pode-se afirmar que:

A) podem ser executadas pelos Conselhos Tutelares, destinadas a crianças e adolescentes cujos direitos forem ameaçados

B) são da competência exclusiva dos Conselhos de Direitos, podendo ser aplicadas somente em crianças infratoras

C) são da competência dos Juizes da Infância e da Juventude, destinadas somente a crianças em situação de risco social

D) podem ser executadas pelo poder público municipal, sendo aplicadas em caso de ato infracional atribuído a crianças e adolescentes

E) são aplicadas pela Justiça da Infância e da Juventude, destinadas somente a adolescentes que tenham praticado ato infracional

29. Em seu artigo 28, o ECA dispõe que a colocação em família substituta pode ocorrer mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente. Uma determinação do Estatuto que distingue esses três institutos de colocação em família substituta é:

A) a guarda pode ser revogada, mas a tutela e a adoção são irreversíveis

B) a adoção é irrevogável, podendo ocorrer revogação da guarda e destituição da tutela

C) a guarda não poderá ser revogada, ainda que a adoção e a tutela sejam anuladas

D) apenas a adoção admite revogação, para atender aos interesses da criança ou adolescente

E) apenas a tutela é irreversível, podendo ocorrer a revogação da adoção e da guarda

30. Uma pessoa com menos de dezoito anos de idade participa de um assalto seguido de morte. Considerando-se o disposto no Código Penal e no ECA, o ato praticado receberá o seguinte tratamento:

A) se adolescente – ato infracional, sujeito a pena e a medidas de proteção

B) se criança – ato transgressor, sujeito apenas a medidas socioeducativas

C) se adolescente – ato infracional, sujeito a medidas de proteção e socioeducativas

D) se criança ou adolescente – ato criminoso, sujeito apenas a medidas de proteção

E) se adolescente – crime, sujeito a pena e a medidas socioeducativas

31. O artigo 136 do ECA trata das atribuições do Conselho Tutelar. O inciso IV desse artigo estabelece que, tendo notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente, o Conselho Tutelar deve:

A) dar ciência ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

B) oficiar à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente

C) comunicar o fato ao Poder Executivo Municipal

D) encaminhá-la ao Ministério Público

E) aplicar imediatamente as sanções previstas em lei

32. Ao tratar da questão do pátrio poder (atual poder familiar), o ECA determina algumas condições para o seu exercício. Sendo assim, é correto afirmar que o poder familiar será exercido:

- A) pelo pai e pela mãe, em igualdade de condições, podendo ser suspenso ou extinto
- B) pela mãe, prioritariamente, e, em caso de seu impedimento, pelo pai, ambos podendo ser suspensos ou extintos
- C) pelo pai e pela mãe, sendo que apenas o poder da mãe poderá ser suspenso ou extinto
- D) pelo pai, prioritariamente, e, em caso de seu impedimento, pela mãe, ambos podendo ser suspensos ou extintos
- E) pelo mãe e pelo pai, sendo que apenas o poder do pai poderá ser suspenso ou extinto

33. O ECA estabelece, em seu artigo 92, alguns princípios que devem ser adotados pelas entidades que desenvolvam programas de abrigo para crianças e adolescentes. Um procedimento que contraria esse conjunto de princípios é:

- A) atuar no sentido da preservação dos vínculos familiares
- B) evitar o desmembramento de grupos de irmãos
- C) privilegiar a preparação gradativa para o desligamento da entidade
- D) evitar a integração em família substituta, em qualquer hipótese
- E) incentivar a participação de pessoas da comunidade no processo educativo

34. Em seu artigo 118, o ECA trata da medida socioeducativa de liberdade assistida, que deve ser aplicada sempre que se mostrar a mais adequada para o acompanhamento e a orientação do adolescente. Sobre a duração da aplicação dessa medida, estabelece o prazo:

- A) máximo de doze meses, não admitindo prorrogação ou revogação
- B) mínimo de três meses, não podendo ser revogada ou substituída em qualquer hipótese
- C) mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída
- D) único de vinte e quatro meses, não admitindo prorrogação nem revogação
- E) máximo de quatro meses, podendo ser prorrogada ou substituída ao seu final

35. Quando é aplicada a um adolescente a medida de internação, ela deve respeitar, dentre outros, o princípio da brevidade. Nesse sentido, o artigo 121 do ECA estabelece que a internação:

- A) tem o prazo máximo de doze meses, podendo sofrer uma prorrogação, após avaliação criteriosa
- B) não tem prazo determinado e a sua manutenção deve ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses
- C) tem o prazo mínimo de dez meses, durante os quais a entidade da internação avaliará a necessidade de sua prorrogação
- D) não tem prazo determinado, porém, em nenhuma hipótese, o seu período poderá ultrapassar os dezoito meses
- E) tem prazo mínimo de dois meses e máximo de dez meses, sendo vedada qualquer prorrogação ou suspensão

36. Ocorrendo a apreensão de uma criança em flagrante de ato infracional, ela deve ser imediatamente encaminhada:

- A) à entidade de abrigo mais próxima
- B) à Delegacia Policial local
- C) à autoridade judiciária
- D) à escola na qual estiver matriculada
- E) ao Conselho Tutelar

37. O artigo 178 do ECA determina que um adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado na seguinte situação:

- A) com a utilização de algemas, em qualquer hipótese
- B) em compartimento fechado de veículo policial
- C) sem o seu declarado consentimento
- D) em qualquer veículo de órgão de segurança
- E) sem a presença dos pais ou responsável

38. Segundo o artigo 126 do ECA, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, a concessão da remissão, como forma de exclusão do processo, pode ser feita:

- A) pelo presidente do Conselho Tutelar local
- B) pelo delegado da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
- C) pelo advogado do infrator
- D) pelo diretor da entidade de internação
- E) pelo representante do Ministério Público

39. Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, o artigo 173 do ECA determina que a autoridade policial, dentre outras medidas, deve:

- A) lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente
- B) providenciar o encaminhamento imediato à entidade de internação
- C) entregar o infrator aos pais ou responsável, mediante assinatura de termo de responsabilidade
- D) substituir o auto de infração por boletim de ocorrência circunstanciado
- E) decretar a imediata prisão preventiva do adolescente

40. Segundo o artigo 234 do ECA, a autoridade competente que, sem justa causa, deixar de ordenar a imediata liberação da criança ou do adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão, estará cometendo:

- A) um ato de improbidade administrativa, sujeito à penalidade de demissão
- B) uma infração funcional, sujeita a inquérito administrativo
- C) um ato de peculato, sujeito à prisão em flagrante
- D) uma infração administrativa, sujeita à sindicância sumária
- E) um crime, sujeito a pena de detenção de seis meses a dois anos